

## **Visões de professores sobre o uso recreativo *versus* abusivo: desafios da Educação sobre drogas.**

### **Views of teachers on recreational versus abusive use: drug education challenges.**

**Francisco José Figueiredo Coelho**

LEAS, Instituto Oswaldo Cruz, Fiocruz  
educacaosobredrogas@gmail.com

**Simone Monteiro**

LEAS, Instituto Oswaldo Cruz, Fiocruz  
Monteiro.simone.fiocruz@gmail.com

#### **Resumo**

Pesquisas recentes mostram que jovens em fase escolar se apropriam de diferentes psicoativos, seja de forma recreativa ou abusiva. Reconhecer essa apropriação se faz necessário a fim de que compreendamos a origem e disseminação dessas práticas, evitando pensamentos equivocados nas abordagens preventivas. Com esse propósito foram investigadas as visões de 49 professores da educação básica em um curso *online* sobre drogas, centrado na Redução de danos. A maior parte apontou uma diferença entre as formas de consumo a partir de suas experiências; seis não indicaram diferenças, assinalando que ambos eram maléficos à saúde e quatro descreveram diferenças associadas com a quantidade e frequência do uso da droga, mas não deixaram claro como isso ocorria. Com base nos achados, é possível aferir que mitos e generalizações imprecisas de professores podem interferir nas aulas, dificultando uma real compreensão dos fenômenos sociais envolvidos no consumo de entorpecentes e ampliando injustiças e desigualdades.

**Palavras-chave:** Educação sobre drogas, Formação de professores, Educação em Saúde, Redução de Danos.

#### **Abstract**

Recent research shows that school-age youth appropriate different psychoactives, be it recreational or abusive. Recognizing this appropriation is necessary in order to understand the origin and dissemination of these practices, avoiding misconceptions in preventive approaches. With this purpose we investigated the views of 49 teachers of basic education in an online course on drugs, centered on Harm Reduction. Most pointed out a difference between the forms of consumption from their experiences; six did not indicate differences, indicating that both were malefics to health and four described differences associated with the amount and frequency of drug use, but they did not make clear how this occurred. Based on the findings, it is possible to gauge that inaccurate myths and generalizations of teachers can interfere in classes, making it difficult to understand the social phenomena involved in the consumption of narcotics and widening injustices and inequalities.

**Keywords:** Drug Education, Teacher Training, Health Education, Harm Reduction

## Introdução

Atualmente muitos debates têm ocorrido em relação ao fracasso das políticas e ações contra as drogas, visando, sobretudo, a repressão à comercialização e ao seu consumo. Convenhamos, essa não é uma preocupação recente, visto já ter sido destacada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre saúde desde a década de 90. Passados 20 anos da criação dos PCN, o problema do uso de drogas continua a preocupar a sociedade. Adolescentes cada vez mais cedo têm se envolvido com drogas psicoativas e não apenas como usuários. Cabe lembrar que trata-se de um mercado altamente lucrativo na economia (sobretudo o ilícito) e que possui uma organização social, com potencial de sedução de jovens em fase escolar para serem partícipes no tráfico de drogas.

Em relação ao consumo de entorpecentes, dados da PeNSE (2013, 2016) e do CEBRID (2006, 2010) revelam que as drogas, principalmente o álcool, fazem parte dos contextos familiares e de sociabilidade de parcela dos estudantes investigados. E isso não é uma realidade apenas do Brasil, sendo evidenciado também em outros países mais ou menos desenvolvidos (MIDFORD *et al.*, 2012; KING 'ENDO, 2015; MOFFAT *et al.*, 2017).

Nas análises sobre o consumo de substâncias entre os jovens, é importante considerar o “acesso” e o “contexto de uso”, uma vez que indicam distintos mecanismos de apropriação. Por isso é preciso diferenciar o “uso recreativo” do “uso abusivo”. O primeiro termo se refere às pessoas que fazem uso de algum entorpecente sem frequência ou que as fazem com certa frequência, mas não se tornam dependentes. Ou seja, conseguem realizar suas atividades cotidianas sem necessitar consumir as drogas. Diferente do uso recreativo, o termo “uso abusivo” é sinônimo de uso problemático, se aproximando ou enquadrando-se num caso de vício (dependência da droga). Nesse caso, adotamos a definição de vício do DSM (Manual Diagnóstico e estatístico de transtornos mentais) na qual a utilização que uma pessoa faz das drogas influencia “*em funções vitais importantes, como os cuidados com os filhos, o trabalho ou o estudo e as relações íntimas, podendo incluir experiências de precisar mais da mesma droga para conseguir o mesmo efeito (tolerância) e sofrer sintomas de crise de abstinência com súbita suspensão do uso*” (HART, 2014, p. 22/23).

Com base no contexto e justificativa apresentados, o objetivo desse trabalho é apresentar as percepções de um grupo de professores - cursistas de uma formação *online* sobre drogas - acerca da diferenciação entre o consumo recreativo e abusivo de entorpecentes. A partir destas formas de enxergar o consumo, trazemos elementos para compreender como esses olhares podem implicar práticas educativas mais democráticas a favor de uma educação preventiva centrada na Redução de danos (RD). Acreditamos que o cerne de nossa pesquisa corrobore para melhor compreender as questões de Diferença, Justiça Social e Democracia no Ensino das ciências e nas escolas, tema central desse XII ENPEC.

## Uma alternativa educativa ao modelo de interdição

Segundo a literatura, a escola e a família ganham visibilidade quando se fala de consumo de drogas por adolescentes, pois os primeiros contatos com as drogas costumam ocorrer em ambientes conhecidos, com pessoas dos círculos de relacionamento. O contexto do ensino formal, portanto, é ambiente com potencial para investimentos em termos de promoção de saúde (SODELLI, 2011; HORTA *et al.*, 2014; COELHO; TAMIASSO-MARTINHON; SOUSA, 2017; COELHO; MONTEIRO, 2018), o que indica a relevância da discussão do

tema entre os profissionais de ensino - especialmente os professores - a fim de sensibilizá-los e instrumentalizá-los para desenvolver intervenções preventivas.

No âmbito das escolas, além de ter sido incorporado aos PCN (1998), o tema drogas recebeu amparo legal (Lei nº 11.343/2006) por meio da regulamentação da política de formação de profissionais de ensino para promoverem Educação sobre Drogas. Ainda assim, estudos atestam a falta de preparo da equipe pedagógica para lidar com o assunto. Isso é evidenciado em múltiplos estudos (FERREIRA *et al.*, 2010; ADADE; MONTEIRO, 2014; MIDFORD *et al.*, 2012; KING'ENDO, 2015; MOFFAT *et al.*, 2017; COELHO; MONTEIRO, 2018).

De acordo com Labate, Fiore e Goularte (2008), em se tratando de modelos de prevenção contra o uso abusivo de entorpecentes, há um consenso cada vez maior de que as políticas de interdição do uso de drogas se mostraram historicamente ineficazes. Diante desse insucesso, surge um enfoque educativo-preventivo alternativo conhecido como Redução de Danos (RD). Preocupa-se com o fortalecimento afetivo dos sujeitos e no desenvolvimento da capacidade de escolha com base em suas possíveis consequências. Ou seja, como enfoque pedagógico, se apresenta como uma proposta mais democrática em que a droga deixa de ser o foco principal e o sujeito é quem ganha centralidade, enquanto um ser complexo que precisa ser compreendido a partir de aspectos biológicos, psíquicos e sociais (SODELLI, 2011; ACSELRAD, 2015; COELHO; MONTEIRO, 2018).

A RD como enfoque educativo-preventivo se coloca como uma crítica à disputa para promoção de práticas preventivas. Elas poderiam se apoiar mais em informar de forma útil e precisa o cidadão ao invés de buscar a abolição e total abstinência para promover saúde. Autores como Hart (2014) e Acselrad (2015) sugerem que para se compreender o problema do uso abusivo de substâncias é preciso ter um olhar diverso sobre o assunto, caminhando numa perspectiva transversal. Trata-se de não confundir a especificidade da questão das drogas com seu isolamento ou, em outras palavras, com a sua naturalização como algo essencialmente depreciativo.

## **Superando os mitos acerca do uso de drogas**

De acordo com Labate, Fiore e Goularte (2008) há várias ações cotidianas que envolvem riscos, como dirigir carros, praticar esportes, viajar, comer e fazer sexo. Cabe o mesmo pensamento para o consumo de drogas, que pode potencializar comportamentos compulsivos, mas também pode ocorrer dentro de relações sociais estáveis, não prejudiciais e integradas em múltiplas dimensões da vida dos sujeitos. Quer dizer, não se deve descartar o potencial de abuso e dano dos psicoativos. No entanto, dados mal interpretados (como o de que todas as pessoas que fazem uso de alguma droga entram em quadro de dependência ou uma pessoa que fuma baseado passará em breve para o uso de cocaína) produzem visões equivocadas e fomentam o estigma e sobre aqueles que abusam de alguns produtos (HART, 2014).

O estudo de Ferreira e colaboradores (2010) identificou que parte dos professores considerava as drogas lícitas menos perigosas que as ilícitas, atribuindo a estas últimas um maior potencial deletério ao organismo. Resultados parecidos foram identificados no trabalho de King'Endo (2015). Esses mitos acabam levando à adoção de políticas públicas generalistas e inadequadas. Nesse sentido, Hart (2014) esclarece que isso não significa que a legalização é a alternativa mais viável. Entre a proibição e a legalização há muitas alternativas, como a adoção da perspectiva da RD, referida acima, no âmbito social e educacional.

A preocupação com os mitos acerca da realidade no consumo de drogas e com formas de esclarecer os jovens foi uma demanda dos PCN sobre saúde. As diretrizes se preocupam com o equívoco de generalizar o termo “drogas” (aspas nossos), carregado de um viés preconceituoso e categorizador, sem levar em consideração as relações cotidianas que se estabelecem com as diferentes substâncias químicas (BRASIL, 1998). Convergindo com essa proposta, a cartilha para educadores sobre drogas do Governo federal (BRASIL, 2011) igualmente se preocupa com visões equivocadas, sugerindo que o professor: “evite generalizar as informações como se todas as drogas fossem iguais, fazendo afirmações do tipo “não use drogas” ou “os problemas que as drogas causam (aspas da cartilha)” (BRASIL, 2011, p. 31). Os efeitos são diferentes, o que torna necessário que as informações sejam contextualizadas quanto ao tipo de droga, usuário e situação de uso (BRASIL, 1998; 2011).

Nesse caminho de práticas preocupadas com uma Educação sobre Drogas mais compreensível e menos reducionista, Coelho e Monteiro (2017b) defendem a importância das formações continuadas para os professores no campo da Educação sobre drogas, apoiando-se especialmente nas possibilidades e ofertas dos cursos a distância como modalidade flexível e mais acessível para profissionais que têm altas demandas de trabalho. Segundo os autores, é viável pensar em práticas formativas *online* respaldadas na RD como enfoque educativo (COELHO; MONTEIRO, 2017b). E isso pode ser expandido não apenas para formações em Educação sobre Drogas, mas para a Educação em Saúde de forma geral.

Observamos que, seja na cartilha dos educadores, seja nos PCN, ambos se apoiam no enfoque pedagógico de minimização de danos, ou seja, na RD. Outras publicações (SODELLI, 2011; ACSELRAD, 2015; COELHO; MONTEIRO, 2017a; 2017b; 2018) já discutiram a RD como caminho pedagógico de prevenção. Em desacordo com as práticas visíveis aos jovens e que permeiam o cotidiano de sua vivência social, os discursos de combate às drogas sugerem que elas são produtos ilegais e misteriosos e seus consumidores são os outros, marginais e traficantes, a serem excluídos do convívio social (BRASIL, 1998). Isso dificulta o entendimento do assunto para o adolescente e corrobora com a estigmatização e mitificação em torno do assunto (HART, 2014; SOUZA, 2016). Sobretudo, do ponto de vista pedagógico, é importante termos em mente que fazer uso de drogas, ainda que regularmente, não significa que uma pessoa seja uma viciada ou que tenha um problema com elas.

Em outras palavras, a falta de informação dos profissionais de ensino e das famílias (ACSELRAD, 2015) podem propagar e ampliar diferentes mitos acerca do assunto, que segregam e reproduzem uma Educação sobre Drogas centrada em modelos de interdição e falta de acolhimento do ser humano. Abordagens educativas centradas em mitos são pouco democráticas e, em nosso entendimento, aumentam as desigualdades sociais na escola por aceitarem “verdades” prontas e se distanciarem no dialogismo essencialmente preventivo.

## Metodologia

A pesquisa em questão foi realizada com professores do curso Educação, Drogas e Saúde nas escolas. Essa formação foi gratuita e *online* (30 horas) e aconteceu de setembro a novembro de 2017, desenvolvida pelo Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (LEAS) do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) da Fiocruz, em parceria com a Fundação CECIERJ. Foram investigados 49 cursistas, todos docentes da educação básica.

O curso foi estruturado em duas etapas: a primeira, com sete semanas de duração e a segunda, com cinco. Na primeira fase os cursistas foram estimulados a debater sobre questões reais sobre drogas, centradas na abordagem de RD, como descrito anteriormente. Na segunda

fase, o propósito foi orientar os cursistas a construir e implementar atividades sobre educação e drogas em suas escolas. Essa última etapa buscou associar a formação teórica e a prática docente ao estimular que o professor realizasse uma intervenção sobre drogas no espaço de sua escola (em sua aula ou em parceria com outros profissionais).

Durante esse curso, foram utilizados alguns instrumentos de coleta de dados: dois questionários *online* (um de perfil e um de avaliação), registro dos fóruns temáticos (10 fóruns) produzidos ao longo do curso e entrevistas semiestruturadas com cinco participantes. Todos os investigados se propuseram a participar da pesquisa mediante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi aprovada pelo CEP IOC/Fiocruz, com número de parecer 1.787.843/2016.

Configurando-se como um estudo qualitativo descritivo, nossa intenção foi reconhecer as visões dos docentes acerca das experiências concretas sobre uso/abuso de entorpecentes em diferentes contextos, especialmente no escolar. Nessa direção, nossa preocupação foi analisar o “conteúdo” das respostas declaradas no questionário acerca de como diferenciam o uso recreativo do uso abusivo. Para tal, foi utilizada a Análise de Conteúdo (AC). Como descreve Franco (2012), o ponto de partida desses procedimentos são as mensagens oferecidas pelos sujeitos investigados. Para isso, os depoimentos foram transcritos, realizada uma análise minuciosa e extraídas unidades de contexto que produziram categorias específicas de pensamentos.

Nesse trabalho serão apresentados apenas as respostas dos questionários sobre a seguinte questão: “Diferencie o uso recreativo de drogas e uso abusivo de drogas”. De forma complementar, serão apresentadas e discutidas postagens do fórum da semana 2, intitulado “O que você pensa sobre drogas”<sup>1</sup>. Este recorte foi necessário visto a amplitude do estudo.

## Resultados e Discussão

Dos professores que participaram da formação (n=49), 38 eram mulheres (77,5%) e 11 homens (22,5%). Desses, prevalece a faixa etária de 30 – 49 anos. Contudo, os dados não revelaram relação aparente entre o tempo de magistério e a idade. Houve casos de professores de maior idade e menos tempo de magistério e outros mais jovens com maior experiência docente. Como exemplo, podemos citar um professor com 48 anos e apenas um ano de atuação na escola e outro com 20 anos de idade e três de magistério. Portanto, não foi possível estabelecer um padrão. Em termos de tempo de atuação nas escolas, a equipe de cursistas era heterogênea, com profissionais que lecionavam de alguns meses a mais de dez anos na unidade escolar.

Em termos de moradia, o curso contemplou profissionais de 18 municípios, o que representa cerca de 20% dos 92 Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Houve uma cursista de Guarapava (Paraná) e outra de Lauro de Freitas (Bahia), acolhidas pelo *recall* (chamada de novos cursistas que não haviam sido convocados) o que revela a disseminação nacional dos cursos da Fundação CECIERJ. Essa abrangência foi comentada por Coelho e Monteiro (2017b) ao descrever os benefícios da formação EaD sobre drogas e a dupla acessibilidade frente à gratuidade e flexibilidade dos estudos.

---

<sup>1</sup> No enunciado do fórum foi proposto ao cursista: “Caro professor, vamos conversar abertamente sobre drogas. Que tal? Vamos refletir sobre essas duas questões: (1) Cite exemplos de drogas (lícitas e ilícitas) que você conhece e estão presentes no seu cotidiano e na vida dos seus alunos e colegas de trabalho na escola; (2) Qual a diferença entre o uso ABUSIVO e RECREATIVO que as pessoas fazem sobre drogas?”

Em se tratando das diferenças entre o uso recreativo e abusivo de drogas desses cursistas, identificamos, a partir do questionário, três categorias de respostas: (1) os que viam diferença entre as práticas; (2) os que não identificavam diferença e os que (3) não foram claros na distinção em suas respostas, como descrito no quadro 1:

Questão analisada	Categorias	nº	Exemplos de sentenças (unidades de contexto)
Diferenciação entre uso recreativo e abusivo.	<b>Diferencia uso recreativo de abusivo</b>	39	“o abusivo, é a pessoa que depende da droga para sentir-se bem, seja remédios controlados ou drogas lícitas ou ilícitas. Da qual fica dependente, e isso interfere em todas as esferas de sua vida” (Q8F46ART <sup>2</sup> )
			“uso recreativo seria quando você usa esporadicamente, como por exemplo, uma cerveja em uma festa no fim de semana. Uso abusivo seria o uso frequente e contínuo, o que levaria a um aumento da frequência e da quantidade usada, tornando-se uma compulsão” (Q17F37LET)
	<b>Não diferencia uso recreativo de abusivo</b>	06	Para mim não há uso recreativo de drogas. Sempre será abusivo” (Q32F49HIS)
			Não há diferença. Eles estão ligados. Um leva ao outro” (Q46F49PED)
	<b>Vago</b>	04	“talvez o único no meu entendimento fosse o álcool, lembrando que tem pessoas que não podem consumir” (Q13M35EDF)
			“parece que a dependência está na quantidade e/ou peridiocidade” (Q36M39HIS)

Quadro 1: Categorias sobre a diferenciação entre uso recreativo e recreativo de drogas (n = 49).

Conforme indicação do quadro 1, a maior parte dos professores (39) apontou a diferença entre o uso recreativo e o uso abusivo; apenas seis não indicaram diferenças, assinalando que ambos eram maléficos à saúde. Quatro professores, indicaram diferenças centradas na quantidade do consumo e frequência (peridiocidade) do uso da droga, mas não deixaram claro como isso ocorria nas práticas abusiva e recreativa.

No que tange às diferenças entre os tipos de uso, parcela dos professores descreveu que o uso recreativo era uma prática mais controlável e esporádica, enquanto no uso abusivo havia uma tendência a práticas compulsivas e sem controle. Outra distinção refere-se à relação uso-quantidade: no uso recreativo o consumo da droga é visto como menos frequente e em menor quantidade e no abusivo é mais frequente e em maior quantidade. Ou seja, de forma recreativa o usuário usa esporadicamente a substância enquanto que, se usado de forma abusiva, a assiduidade é maior. Outro aspecto identificado na diferenciação tange o grau de dependência. Alguns assinalaram que no uso abusivo o usuário se torna dependente e no uso recreativo nem sempre isso acontece. Ilustramos essas ideias com os seguintes depoimentos:

Acredito que o uso recreativo ocorra em situações esporádicas, onde o sujeito consegue ter controle sobre o uso de drogas. Já o uso abusivo foge do controle do usuário e o mesmo não tem controle sobre o momento de parar [...] (Q6F37PED)

<sup>2</sup> Q8F46ART significa Questionário 8, Gênero Feminino, 46 anos, formada em Artes. O mesmo padrão de identificação é usado em outros depoimentos. LET – letras e PED – pedagogia.

Recreativo é o uso regular ou esporádico em que o usuário sente-se bem, e não dependente da droga (lícita ou ilícita). O abusivo, é a pessoa que depende da droga para sentir-se bem, seja remédios controlados ou drogas lícitas ou ilícitas. Da qual fica dependente, e isso interfere em todas as esferas de sua vida [...] (Q8F46ART)

Na análise da participação dos professores no fórum da semana 2, eles se referiam ao uso recreativo partindo de drogas mais “leves” (substâncias lícitas como álcool ou tabaco), contrapostas ao uso de substâncias mais “pesadas” (quase sempre exemplificadas como drogas ilícitas). Predomina entre os cursistas a visão de que drogas lícitas como o tabaco e o álcool são menos perigosas que as ilícitas, algo já constatado no trabalho de Ferreira *et al.* (2010) ao descrever as percepções e atitudes de professores de escolas públicas perante o tema drogas.

Foi também notado que a maconha é percebida como mais leve, mas pode direcionar o uso da cocaína, considerada uma droga mais pesada, capaz de gerar quadros de dependência química e até mesmo emocional. Essas respostas revelaram que para uma parcela dos cursistas o conceito de droga mais leve (com efeito mais suave) está ligado ao campo do “lícito”, o que não é correto afirmar porque medicamentos de tarja preta podem ser potencialmente nocivos sem acompanhamento médico e, embora “permitidos por lei” podem gerar danos graves à saúde se utilizados sem controle. Esses resultados se aproximam dos obtidos por Ferreira *et al.* (2010) e King Endo (2017), ao identificar nos sujeitos investigados discursos de maior potencial deletério associados às drogas ilícitas, induzindo a falsos conceitos de droga “leve” e “pesada”.

O uso recreativo é visto por quase todos como um uso controlável, mas para alguns esse controle pode levar ao uso problemático. Já o uso abusivo é associado a um grande risco, dado que o usuário não tem controle sobre o uso do produto e acaba se apropriando das drogas de forma compulsiva, acarretando danos mais severos à saúde e casos de dependência. Tais visões estão centradas nas vivências dos cursistas, sendo importante para orientar e conduzir as discussões do curso, pautadas no diálogo e na construção colaborativa de conhecimento.

Para seis cursistas não há diferenças entre o uso recreativo e abusivo, dado que quase sempre uma prática leva à outra, como destacado nos depoimentos: “Para mim não há uso recreativo de drogas. Sempre será abusivo.” (Q32F49HIS) e “Não há diferença. Eles estão ligados. Um leva ao outro.” (Q46F49PED). Esses relatos revelam a falta de esclarecimento desses cursistas, que generalizam o uso de qualquer substância como disparador do uso de outro entorpecente. Cabe lembrar que a noção de que o uso recreativo de drogas levaria inevitavelmente a um uso abusivo, com dependência química, também foi identificado nos registros dos fóruns, a despeito de ser refutado pela literatura (HART, 2014; LABATE; FIORE; GOULART, 2008; ACSELRAD, 2015).

De forma geral, conhecer as percepções docentes acerca do acesso e contexto de uso das drogas nos revela caminhos possíveis na formação sobre drogas com professores, sensibilizando-os para a busca de conhecimentos científicos por meio do rompimento com mitos e tabus acerca do tema que, em nosso entendimento, não corrobora com uma aproximação juvenil.

Na perspectiva de uma Educação sobre Drogas mais democrática (COELHO; MONTEIRO, 2017; 2018), o uso recreativo não deve ser confundido com o uso abusivo, da mesma forma que não se deve generalizar todas as drogas como se as mesmas fossem uma coisa única (BRASIL, 1998; 2011; HART, 2014; ACSELRAD, 2015). Em nossa pesquisa,

como visto, surgem frequentemente falas equivocadas e generalizadas em relação às drogas. Algumas delas, inclusive, configuram postagens de professores de ciências naturais e educação física, profissões que dialogam mais com os temas transversais da saúde em seus eixos disciplinares. Há diferentes drogas e mecanismos de apropriação pelos jovens e o vício é uma condição que pode acontecer, mas não se instaura em todas as situações de consumo. Como apontado na literatura, aliado a essas associações imprecisas estão os modelos de interdição que não se colocam mais apropriados para sensibilizar e construir adolescentes críticos e preocupados com a saúde individual e coletiva.

## Considerações finais

As drogas fazem parte de nossa realidade, dentro e fora do país. Isso tem sido identificado tanto nas publicações brasileiras quanto internacionais. O consumo de entorpecentes entre adolescentes não é algo novo e, desde a década de 1990, preocupações com uma Educação sobre Drogas mais esclarecedora e democrática já se pronunciaram nos PCN sobre saúde. Nessa direção, a importância do esclarecimento sem falsos preceitos, estimulando o diálogo e a reflexão sobre as escolhas, é um caminho pedagógico mais humanizado e que se aproxima muito mais da compreensão do sujeito como ser biológico, psíquico e social.

Informações inadequadas podem levar os profissionais a adotarem práticas de adestramento e terror que tornam cada vez mais o uso de drogas um tabu. Mitos podem dificultar a real compreensão dos fenômenos sociais envolvidos no consumo de drogas e produzir estereótipos acerca de seus usuários. Com isso, ampliam-se as injustiças e as desigualdades sociais. Nesse sentido, conhecer as visões dos professores sobre o uso de drogas (lícitas e ilícitas) parece oferecer elementos para compreender as lacunas e equívocos que fomentam a propagação de mitos geradores de estigma e generalizações imprecisas.

Partindo dessas ideias, em nosso entendimento, o curso Educação, Drogas e Saúde nas Escolas preparou não apenas professores de ciências naturais, mas docentes de outras disciplinas escolares que desejavam contribuir com uma Educação em saúde crítica e emancipatória para seus estudantes. Cabe lembrar que a Saúde é um tema transversal e não um assunto exclusivo do ensino das ciências. Formações docentes transversais e interdisciplinares como tal favorecem um trabalho colaborativo nas escolas onde esses cursistas atuam.

Embora a maior parte dos investigados consiga perceber diferenças entre as formas de consumo recreativa e abusiva, há dúvidas, incertezas e equívocos. O assunto precisa ser aprofundado por meio de formações continuadas, capazes de estimular o diálogo e o acesso a reflexões que promovam qualidade de vida sem partir de práticas opressoras apoiadas no medo como estratégia preventiva. Nesse cenário, acreditamos que nossa pesquisa revele o potencial sensibilizador de uma formação continuada *online* para professores da Educação básica. Isso implica em profissionais mais esclarecidos e instrumentalizados para realizar intervenções preventivo-educativas menos estigmatizadas e que estimulem os jovens a interagir com os colegas de classe. Por esse caminho, este estudo serve de modelo para outras formações que envolvem Educação e Saúde centradas no enfoque educativo de Redução de danos, não apenas no âmbito da Educação sobre Drogas, mas também na Educação alimentar e nutricional, na Educação sexual e reprodutiva e afins. Com isso, conjuga-se uma Educação pautada no autoconhecimento e em uma real proteção da saúde dos adolescentes.

## Referências

ACSELRAD, G. **Quem tem medo de falar sobre drogas? Falar mais para se proteger.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p.164.

ADADE, M.; MONTEIRO, S. **Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n1/aop1140.pdf>> Acesso em 01 de junho de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Saúde.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)>. Acesso em 02 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). **Drogas: cartilha para educadores.** Conteúdo e texto original de Beatriz H. Carlini. 2. Ed. Brasília: Ministério da Justiça, SENAD, 2011. 48 p. (Série por dentro do assunto)

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

CEBRID. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil:** estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio de redes públicas e privadas de ensino de 27 capitais brasileiras.** Brasília, 2010.

COELHO, F. J. F.; MONTEIRO, S. Educação sobre drogas: um olhar transversal rumo à democracia. In: IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias. Rio de Janeiro, 6, 2017a, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.seminarioredes.com.br/ixredes/adm/trabalhos/diagramados/TR311.pdf>>. Acesso em 24 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Educação sobre Drogas: Possibilidades da EaD na Formação Continuada de Professores. **EaD em FOCO**, v. 7, n. 2, set. 2017b. Disponível em: <<http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/577>> Acesso em: 24 de dezembro de 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v7i2.577>.

COELHO, F.J.F. MONTEIRO, S. Formação online sobre drogas para docentes na perspectiva da redução de danos: o ponto de vista dos cursistas. **Revista Aleph**, n.30. Ano XV. p.187–210. Jul, 2018. Disponível em: <<http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/view/702/437>>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

COELHO, F. J. F.; TAMIASSO-MARTINHON, P.; SOUSA. Entre o dialógico e o emocional nas abordagens educativas sobre o uso do álcool e outras drogas. In: IV Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 11, 2017, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Centro de

Convenções, 2017. ISSN 2358-8829. Disponível em: <[http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA18\\_ID2198\\_05102017223604.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA18_ID2198_05102017223604.pdf)>. Acesso em 10 de junho de 2018.

FERREIRA, T. C. D.; SANCHEZ, Z. V D. M.; RIBEIRO, L. A.; OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.14, n.34, p.551-562, jul./set, 2010.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. Brasília, 4ª ed.: Liber Livro, 2012, 94p.

HART, C. **Um preço muito alto**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

HORTA, R. L.; HORTA, B. L.; COSTA, A. W. N.; PRADO, R. R.; OLIVEIRA-CAMPOS, M.; MALTA, D. C. Uso na vida de substâncias ilícitas e fatores associados entre escolares brasileiros. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). **Rev. Bras. Epidemiol Supl PeNSE 2014**, p.31-45, 2014.

KING'ENDO, M. Behavior disorders related to drug abuse among secondary school students in Kenya. **Journal of Education and Practice**, vol. 6, n.19, p170-178, 2015. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1079526.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

LABATE, B.C.; FIORE, M.; GOULART, S. L. Drogas e cultura: novas perspectivas. In: LABATE, B. C.; GOULART, S. L.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (Org.). **Drogas e cultura: Novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 23-38.

MIDFORD, R.; CAHILL, H.; FOXCROFT, D.; LESTER, L.; VENNING, L.; RAMSDEN, R.; POSE, M. Drug education in victorian schools (DEVS): the study protocol for a harm reduction focused school drug education trial. **BMC Public Health**, v.12, n.112, 2012.

MOFFAT, B.; HAINES-SAAH, R. J.; JOHNSON, J. L. From didactic to dialogue: Assessing the use of an innovative classroom resource to support decision-making about cannabis use. **Drugs: Education, Prevention and Policy**, n. 24(1): 85–95, 2017.

SODELLI, M. A abordagem de redução de danos libertadora da prevenção: ações redutoras de vulnerabilidade. In: SILVA, E. A; DE MICHELI, D. (Orgs.). **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: FAP/Unifesp, 2011. p. 599-616